

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr Arlindo Chinaglia, Sr. Odair Cunha e Sr. Carlos Veras)

Requer a realização de Audiência Pública destinada a discussão sobre o processo de implantação da votação a partir da urna eletrônica no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para discussão sobre o processo de implantação da votação a partir da urna eletrônica no Brasil, além de esclarecimentos sobre a estratégia de autonomia e segurança para a democracia, com vistas ao compartilhamento de informações e prestação de esclarecimentos fundamentais às/aos parlamentares.

Indicamos a oitiva do seguinte convidado:

- a) Ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral Sr. Jose Sepúlveda Pertence.

JUSTIFICATIVA

A PEC 135/2019 pretende acrescentar o § 12 ao art. 14, da Constituição Federal, dispondo que, na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de **cédulas físicas**, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria.

Ou seja, tem como objetivo implantar no Brasil o retorno ao voto impresso.

Sabe-se pelo histórico recente do país que alguns grupos políticos têm se insurgido contra o resultado das eleições e ainda se manifestado contra as urnas eletrônicas e "pelo voto auditável", dando a entender que não vão aceitar o resultado das urnas ou vão exigir uma recontagem com auditoria em eleições futuras.



Trata-se, portanto, de uma ameaça concreta ao processo democrático e à Justiça Eleitoral.

Sabe-se que a implantação da votação a partir da urna eletrônica teve como escopo primordial concretizar maior proteção ao voto e equilíbrio do pleito, termos muito comuns na legislação eleitoral.

Nesse aspecto é importante no bojo da comissão especial da PEC 135/2019, que pretende discutir no parlamento a tramitação deste projeto que tem como objetivo restaurar o processo de voto impresso no Brasil, a oitiva do Sr. Jose Sepúlveda Pertence, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral quando da estreia da urna eletrônica, a fim de que seja resgatada a história e as razões pelas quais se deu a implantação.

O Min. Jose Sepúlveda Pertence, em 1994, estreou o processamento eletrônico dos resultados com recursos da Justiça Eleitoral. Essa rede, que nasceu antes da urna, é um dos fatores que ajuda na divulgação rápida dos candidatos vitoriosos.

Sala das Comissões, em ... de de 2021.

Arlindo Chinaglia

Deputado Federal PT-SP

Odair Cunha

Deputado Federal PT-MG

Carlos Veras

Deputado Federal PT-PE





Requerimento **(Do Sr. Arlindo Chinaglia)**

Requer a realização de Audiência Pública destinada a discussão sobre o processo de implantação da votação a partir da urna eletrônica no Brasil.

Assinaram eletronicamente o documento CD218427389900, nesta ordem:

- 1 Dep. Arlindo Chinaglia (PT/SP)
- 2 Dep. Carlos Veras (PT/PE)
- 3 Dep. Odair Cunha (PT/MG)

